



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Ata do Conselho Municipal de Educação

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia do Conselho Municipal de Educação de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, que na ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi presidida pela Sra. Vereadora da Educação, Prof.^a Maria da Graça Madeira Brito da Silva, para dar cumprimento à seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das atas das últimas reuniões;
2. Informações;
3. Análise do 3.º Período – Sucesso/insucesso;
4. Proposta de alteração ao Regimento do Conselho Municipal de Educação;
5. Outros assuntos.

Aberta a sessão, a Sra. Sra. Vereadora da Educação deu as boas vindas a todos e agradeceu a disponibilidade dos elementos do Conselho Municipal da Educação que se encontravam presentes: o Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, Dr. António Rodrigues Gonçalves; o representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção dos Serviços Região Centro, Dr. Rigoberto Correia; o Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, Arquiteto Carlos Veiga; o Representante dos Docentes do Ensino Secundário Público, Prof. Albano Dinis; a representante dos docentes do Ensino Básico Público, Prof.^a Natália Amaral; representante dos docentes da Educação Pré-Escolar Pública, Educadora Deolinda Lucas; a Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, Eng.^a Ana Álvaro; a representante das IPSS's que desenvolvem atividades na área da educação, Dra. Isabel Almeida; a representante da Coordenadora da Saúde Escolar do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, Dra. Joana Cordeiro; a representante da Direção Regional do Centro do IPDJ, Dra. Celeste Moura; o representante do Destacamento Territorial da GNR da Lousã, Sr. Comandante Leonel Cunha.

Para este Conselho Municipal de Educação foi convidado o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital que esteve representado pelo Prof. Carlos Carvalheira Almeida, a EPTOLIVA que esteve representada pelo Professor Joel Vasconcelos, a UCCP – Unidade de Cuidados da Comunidade do Pinheiro dos Abraços que esteve



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

representada pela Enfermeira Alexandra Garcia e a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Oliveira do Hospital que esteve representada pelo seu presidente, Dr. Francisco Rolo.

O representante das Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital, Eng.^a Carlos Maia informou que não poderia estar presente na reunião, pelo que, a sua falta foi considerada justificada.

Entrando no ponto um da Ordem do Dia – Aprovação das atas das últimas reuniões – a Sra. Vereadora da Educação começou por colocar à votação a ata da reunião ordinária de 22 de abril de 2015, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com as abstenções dos membros que não tinham estado presentes: Dr. Rigoberto Correia, Educadora Deolinda Lucas, Dra. Celeste Moura e a Dra. Joana Cordeiro.

Seguidamente, colocou à votação a ata da reunião extraordinária de 20 de maio de 2015 tendo a mesma sido aprovada por maioria, com as abstenções dos membros por não se encontrarem presentes: Prof.^a Natália Amaral e a Dra. Joana Cordeiro.

Passando ao ponto dois da Ordem do Dia – Informações – a Sra. Vereadora da Educação deu conhecimento das atividades mais relevantes que se levaram a efeito na área da educação, desde a última reunião até à presente data, através da apresentação em *power point* que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata (anexo 1).

Relativamente às Atividades de Verão o Prof. Carlos Carvalheira, pediu a palavra para dizer que é com um orgulho enorme que o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital é parceiro da Câmara Municipal e que este projeto vai de encontro à expectativa dos encarregados de educação que naquele período não tinham onde deixar os seus educandos.

Informou que o Agrupamento de Escolas disponibiliza um conjunto de funcionários para ajudar nas atividades de verão e explanou que esta é uma boa parceria que já existe há algum tempo e que espera que continue.

Disse ainda que de ano para ano têm aumentado o número de frequência das crianças o que por si só é um reconhecimento da importância e validade deste projeto.

Por fim agradeceu a disponibilidade da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

A Sra. Vereadora da Educação referiu que a entristece um pouco o facto de cada vez mais neste tipo de projetos se verificar a necessidade de alargar os horários. Esclareceu que a tristeza que sente é por constatar que aquelas crianças cada vez



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

passam menos tempo com as suas famílias.

Dando continuidade ao ponto dois, a Sra. Vereadora da Educação deu a conhecer o calendário escolar para o ano letivo 2015/16 através da apresentação em *power point* que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata (anexo 2)

De seguida a Sra. Vereadora da Educação deu conhecimento da informação que tinha até à data acerca da rede escolar para 2015/16:

Pré-escolar e 1.º CEB

✓ Escolas sinalizadas para encerramento no próximo ano letivo pela DGestE e número de crianças matriculadas:

Jl: Lagos da Beira (3 crianças); Vila Franca da Beira (2 crianças)

EB1: Meruge (17 alunos); Lagos da Beira (6 alunos do 2.º/3.º/4.º anos); Vila Franca da Beira (9 alunos do 2.º/3.º/4.º anos)

Informou que até à data não se conhece qualquer decisão de encerramento de escolas por parte do Ministério de Educação e Ciência.

A Sra. Vereadora da Educação aproveitou a presença do Dr. Rigoberto Correia, representante da DGestE para perguntar se queria avançar com alguma informação, tendo o mesmo respondido, que ainda era muito cedo e que ainda havia processos de matrículas a decorrer.

Seguidamente, passou-se ao ponto três da Ordem do Dia – Análise do 3.º Período – Sucesso/Insucesso, onde a Sra. Vereadora da Educação deu a palavra à Educadora Deolinda Lucas para falar do ensino Pré-Escolar.

A Educadora Deolinda Lucas começou por dizer que se verifica uma baixa de natalidade em todo o concelho e consequentemente falta de alunos.

Referiu que se verificam algumas dificuldades na parte do acompanhamento de apoio à família e deu a conhecer que tem em seu poder uma análise caso a caso, freguesia a freguesia, jardim a jardim, com o levantamento das carências que se verificaram no decorrer do ano letivo e de algumas propostas de melhoria.

Acrescentou que uma das preocupações de todo o departamento público é a forte concorrência do sector privado, porque o público não tem recursos, nomeadamente a nível de transportes escolares para se conseguir que as crianças se matriculem no público, a oferta de atividades de enriquecimento curricular que o público oferece a baixo custo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Esclareceu que existe um número muito elevado de crianças carenciadas que não têm hipótese se não tiverem parceiros ativos e, apelou à autarquia que se aliasse um pouco a esta problemática.

A Sra. Vereadora da Educação respondeu que a DGestE não é dona do concelho de Oliveira do Hospital mas a Câmara Municipal também não é dona do concelho e que achava engraçado que estando presente um elemento também responsável e representante do Ministério da Educação e Ciência não colocarem também a questão ao mesmo.

A Sra. Vereadora da Educação afirmou que a Câmara Municipal tem as suas competências nomeadamente em transportes e alimentação e, na sua opinião, nesta matéria estão devidamente assegurados, tal como a nível das auxiliares.

Acrescentou que tudo o que é para além dessas competências é da boa vontade do município.

Retomando a palavra, a Educadora Deolinda Lucas, referiu que em alguns casos, nomeadamente em dois jardins de infância em que há maior número de crianças (com mais de vinte crianças), prevalecem duas auxiliares o que no fim do dia se torna muito complicado uma funcionária ficar sozinha a fazer todo o atendimento, atender o telefone, receber os pais, olhar pelas crianças, etc..

A Sra. Vereadora da Educação esclareceu que acha bem que estas questões sejam colocadas, no entanto não foi a Câmara Municipal, nem as autarquias, nem os agrupamentos de escolas que criaram as leis e não é a Câmara Municipal que estabelece o número limite que podem estar nas turmas.

A Educadora Deolinda Lucas esclareceu que se estava a referir à componente de apoio à família.

Então, a Sra. Vereadora da Educação referiu que uma solução que poderia ser equacionada era tirar a auxiliar de ao pé da educadora e distribuir pelo horário, uma vez que o horário da Educadora de Infância é de apenas cinco horas.

O Prof. Carlos Carvalheira tomou a palavra para dizer que, na sua opinião, a Sra. Vereadora como responsável da educação tem de ter uma postura de defesa intransigente do setor público e não poderá dizer que uma solução seria tirar a auxiliar de ao pé da educadora.

O Dr. Rigoberto Correia esclareceu que a componente de apoio à família é da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

responsabilidade da autarquia e que os rácios que estão na lei do pré-escolar e 1.º CEB são os que todos conhecem.

A Sra. Vereadora da Educação esclareceu que são precisamente esses rácios que a Câmara Municipal está a cumprir.

A Eng.ª Ana Álvaro aproveitou para perguntar qual é o rácio que está na lei, tendo ficado esclarecida de que é uma auxiliar por cada vinte e cinco alunos e informou que a associação de pais tinha recebido uma carta dos encarregados de educação de um estabelecimento onde duas relativamente ao número de auxiliares.

Constatou que se trata de duas pessoas estarem a tomar conta de vinte e cinco crianças que, na maior parte das vezes, não são auto-suficientes e que precisam de alguém, por exemplo, para ir à casa de banho.

Pediou que lhe explicassem como é que numa escola com vinte e três crianças inscritas e que vai funcionar em Oliveira do Hospital se acontecer alguma coisa a uma criança e for preciso acompanhá-la até ao centro de saúde ou algo do género, como é que ficam as restantes.

Terminou questionando com é que querem alunos no ensino público com regras como esta.

A Dra. Isabel Almeida pediu a palavra para esclarecer que no ensino privado a legislação é idêntica: obrigatoriamente têm uma educadora e uma auxiliar.

Acrescentou que eventualmente podem ter duas funcionárias, por quererem, por opção ou por uma situação extraordinária mas clarificou que nada obriga a que tenham duas funcionárias.

A Sra. Vereadora da Educação fazendo um termo comparativo entre o que se passa nas IPSS's e no ensino público informou que não há nenhuma turma de jardim de infância com 25 alunos e que são mais as salas que têm menos de 15 alunos. Referiu que a questão apresentada não acontece no concelho, nem na escola pública, nem no particular. Esclareceu que nem sempre o número de alunos que frequenta o jardim de infância é o mesmo número de alunos que frequentam o AAAF, para além do que a chegada e saída de alunos nesta valência é muito irregular, sendo de acordo com a disponibilidade dos encarregados de educação.

Deu ainda o exemplo de duas realidades diferentes: o Centro Escolar de Nogueira do Cravo tem três salas de jardim de infância, acolheu-se as crianças e com duas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

funcionárias porque vêm em transporte camarário há --- que realmente o justifica, o mesmo não se justifica, no seu entender, ter duas funcionárias logo a partir das 07h30m para receber quatro ou cinco crianças que é o que acontece no espaço público na grande maioria dos jardins de infância concelhios.

A Educadora Deolinda Lucas referiu que à hora do almoço na escola da cidade onde funciona o jardim de infância só estão duas funcionárias e onde as crianças que almoçam não têm espaço físico para ir brincar. Esclareceu que no mesmo espaço enquanto algumas crianças estão a almoçar as outras estão a brincar e, na sua opinião, deviam ter um espaço próprio para brincar. Acrescentou que o espaço após o almoço é muito reduzido em relação ao número de crianças existente, tornando-se assim num caos, pois cada criança tem o seu ritmo e questionou se achavam que eram suficientes apenas duas funcionárias.

O Prof. Carlos Carvalheira pediu a palavra para dizer que este assunto deveria ser tratado posteriormente.

A Sra. Vereadora da Educação lembrou que já foi no seu executivo que fez obras de ampliação no espaço do refeitório e AAAF e clarificou que foi a primeira vez que foi confrontada com o assunto e que passou o ano letivo e nunca ninguém fez chegar à Câmara Municipal as preocupações agora apresentadas pela Educadora Deolinda Lucas.

Acrescentou que este tipo de situações devem ser comunicadas atempadamente e mesmo que agora se quisesse melhorar aquele espaço já não haveria tempo tendo em conta que a partir do dia 01 de setembro terá de estar em funcionamento. Alertou ainda que na cidade de Oliveira do Hospital há três jardins de infância com cinco salas, uma delas está encerrada, chamando à atenção para a forma de distribuição dos alunos aquando da definição de rede, que deve também ter em conta a tipologia dos estabelecimentos de ensino

O Prof. Carlos Carvalheira, pediu a palavra para clarificar que tem havido sempre, por parte da Câmara Municipal, uma preocupação muito grande na resolução deste tipo de problemas.

Terminado este assunto, tomou a palavra a Prof. Natália Amaral, para dar a seguinte informação sobre o sucesso/insucesso do 1.º CEB:

No 1.º ano de escolaridade, a área com mais sucesso foi o Estudo do Meio com 99%, seguindo-se a Matemática com 92% e o Português com 90%. A menção mais



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

frequente no Português foi o bom com 34%; na Matemática foi o bom com 39% e no Estudo do Meio foi também o bom com 44%.

Informou que o insucesso é quase inexistente nas áreas de Expressões, Educação para a Cidadania e Estudo do Meio. Salientou que no Estudo Acompanhado é de 12%.

Comparativamente aos dois outros períodos, foram avaliados os resultados finais, verificando-se ligeiras oscilações, mas não muito significativas à exceção do Português onde se verificou uma descida de 2%.

No 2.º ano de escolaridade, a área com mais sucesso foi o Estudo do Meio com 93%, seguindo-se o Português com 85% e a Matemática com 84%. A menção mais frequente no Português foi o bom com 43%; na Matemática foi o bom com 37% e no Estudo do Meio foi também o bom com 36%.

Informou que o insucesso é quase inexistente nas áreas de Expressões, Educação para a Cidadania. Salientou que no Estudo Acompanhado foi de 14%.

Comparativamente aos dois outros períodos os resultados foram satisfatórios, verificando-se apenas pequenas oscilações.

No 3.º ano de escolaridade, a área com maior sucesso foi o Estudo do Meio com 98%, seguindo-se o Português com 94% e a Matemática com 92%. A menção mais frequente no Português foi o suficiente com 41%; na Matemática foi o suficiente com 39% e no Estudo do Meio foi também o bom com 43%.

Informou que o insucesso é inexistente na área de Expressões e quase inexistente na Educação para a Cidadania. Salientou que no Apoio ao Estudo foi de 6%.

Comparativamente aos dois outros períodos os resultados obtidos estão dentro das expetativas, verificando-se apenas pequenas oscilações positivos, embora pouco consideráveis.

No 4.º ano de escolaridade, a área com maior sucesso foi o Estudo do Meio e o Português com 98% seguindo-se e a Matemática com 91%. A menção mais frequente no Português foi o suficiente com 46%; na Matemática foi o bom com 40% e no Estudo do Meio foi também o bom com 41%.

Informou que o insucesso é inexistente na área de Expressões e quase inexistente no Apoio ao Estudo e Educação para a Cidadania foi de 6%.

Comparativamente aos dois outros períodos verificou-se uma evolução positiva nas áreas da Matemática, Português e Estudo do Meio.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Acrescentou que no 1.º CEB é a Matemática que apresenta índices de insucesso mais elevado com cerca 12,5%.

Deu a conhecer que as médias de retenção por ano escolar foram as seguintes:

- 1.º ano: 0%
- 2.º ano: 14%
- 3.º ano: 2,7%
- 4.º ano: 0%

Continuou, dizendo que perante os resultados finais da avaliação interna e externa, concluiu-se que apesar das dificuldades manifestadas ao longo do ano letivo pelos alunos, estes podem considerar-se positivos, à exceção do 2.º ano de escolaridade que obteve a maior percentagem de insucesso, não só devido à transição automática do 1.º ano para o 2.º ano, como a impossibilidade de um acompanhamento mais individualizado aos alunos que apresentam graves dificuldades e ritmos diferentes de aprendizagem; pelas turmas heterogéneas; falta de recursos humanos capazes de colmatar as necessidades existentes num 1.º ano; população desfavorecida (fatores socioeconómicos, familiares e culturais); imaturidade dos alunos que entram precocemente na escola.

Relativamente aos resultados obtidos nas provas finais de ciclo constatou-se que no Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, as médias nacionais foram superadas: a Português, a externa, 65,60% e a interna 68,71%; a Matemática: a externa, 59,60% e a interna 66,80%. Os conteúdos foram cumpridos pelos docentes e os alunos adquiriram as competências exigidas para o 1.º ciclo. Acrescentou que os resultados obtidos pelos seus discentes nas Provas Finais de Ciclo, corresponderam às suas expectativas.

Terminou dizendo que os resultados corresponderam às suas expectativas e que tanto os professores como os alunos estavam de parabéns.

A Sra. Vereadora da Educação deu os parabéns ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital pelos resultados obtidos, enaltecendo o trabalho e dedicação de toda a comunidade educativa.

Em seguida, tomou a palavra o Prof. Carlos Carvalheira, que começou por dizer que também os professores do 3.º ciclo e secundário estão de parabéns pelos resultados obtidos.

Informou que ia dar a conhecer as taxas de sucesso às disciplinas de português e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

matemáticas do 5.º ao 9.º ano de escolaridade e que de seguida se iria ausentar por ter de estar presente na reunião que tem no Agrupamento de Escolas, deixando o secundário para o Prof. Albano Dinis.

- Relativamente ao 5.º ano de escolaridade, deu a conhecer o seguinte:

Taxa de sucesso		
	Português	Matemática
1.º Período	77%	61%
2.º Período	77%	61%
3.º Período	89%	67%

A taxa de retenção verificada foi de 10% pois 20 alunos ficaram retidos.

- Relativamente ao 6.º ano de escolaridade, deu a conhecer o seguinte:

Taxa de sucesso		
	Português	Matemática
1.º Período	79%	45%
2.º Período	75%	45%
3.º Período	85%	50%

A taxa de retenção verificada foi de 17,4% pois num universo de 241 alunos, 42 ficaram retidos.

- Relativamente ao 7.º ano de escolaridade, deu a conhecer o seguinte:

Taxa de sucesso		
	Português	Matemática
1.º Período	58,9%	42%
2.º Período	66,6%	52%
3.º Período	71%	55%

A taxa de retenção verificada foi de 30%.

- Relativamente ao 8.º ano de escolaridade, deu a conhecer o seguinte:

Taxa de sucesso		
	Português	Matemática
1.º Período	73,9%	54%
2.º Período	81%	56%
3.º Período	88%	62%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A taxa de retenção verificada foi de 11% pois num universo de 187 alunos, 21 ficaram retidos.

- Relativamente ao 9.º ano de escolaridade, deu a conhecer o seguinte:

Taxa de sucesso		
	Português	Matemática
1.º Período	77%	54%
2.º Período	78%	51%
3.º Período	88%	59%

A taxa de retenção verificada foi de 12,25% pois num universo de 196 alunos, 24 ficaram retidos.

Como a Prof.ª Natália Amaral e a Educadora Deolinda Lucas também tinham de se ausentar por causa da reunião que tinham no Agrupamento de Escolas, a Sra. Vereadora da Educação, perguntou se concordavam com a proposta de alteração ao Regimento do Conselho Municipal de Educação que havia sido enviado.

A Prof.ª Natália Amaral informou que não tinha nada a opor ao referido regimento e que o aprovava.

A Educadora Deolinda Lucas referiu que não concorda que no ponto 2 do artigo 2 esteja “Compete, ainda, ao Conselho Municipal de Educação analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, **ao desempenho do pessoal docente e não docente** e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo”

Acrescentou ainda que no Regimento aparece algumas vezes “agrupamentos de escolas” e deveria estar agrupamento de escolas.

A Sra. Vereadora da Educação esclareceu que no ponto 2 do artigo 2 não foi feita qualquer alteração ao anterior regimento e que o que está escrito decorre da Lei Geral.

Relativamente à segunda observação da Educadora Deolinda Lucas, a Sra. Vereadora da Educação, esclareceu que irá colocar “Agrupamentos(s) de escola(s)”.

Após os esclarecimentos dados pela Sra. Vereadora de Educação, a Educadora Deolinda informou que também aprovava o Regimento apresentado.

Para dar continuidade ao ponto três foi dada a palavra ao Prof. Albano Dinis para



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

falar acerca do ensino secundário, começando por dizer que relativamente ao 10.º ano de escolaridade existe um misto de satisfação e um misto de preocupação pois verifica-se uma taxa de sucesso de mais de 90%, no entanto, verifica-se que as notas não são muito “fortes”.

Relativamente ao 11.º e 12.º ano de escolaridade, com o fator dos exames, verificou-se uma taxa de insucesso elevada às seguintes disciplinas: Físico-química, Biologia, Geologia e o Geometria Descritiva A. Deu como exemplo a disciplina de Físico-química que ficou 1,9% abaixo da média nacional nos exames.

Destacou, pela positiva, a Matemática que ficou acima da média nacional, tendo a média ficado situada nos 12,4% e a História em que as notas foram bastante boas comparativamente aos resultados nacionais.

Informou que constatarem que comparativamente a anos anteriores a quantidade de prémios de mérito a atribuir no presente ano letivo vai voltar a descer.

Por fim, referiu que ainda falta a 2.ª fase dos exames e que a média dos resultados irá ser alterada.

O Prof. Albano Dinis informou que terá de se ausentar para também ir para a reunião do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e explanou que quanto ao regimento não tem nada a acrescentar à versão que havia sido enviado e informou que o aprovava.

Em seguida, foi dada a palavra à Dra. Isabel Almeida para falar do pré-escolar nas IPSS's que começou por informar que das cinco IPSS's que têm a valência do pré-escolar, apenas quatro se pronunciaram acerca dos resultados. Explanou que a IPSS's que não deu os dados deu como justificação que a avaliação se processa na segunda quinzena de julho.

Informou que avaliação é feita de um modo individual e que a nível das IPSS's não há critérios uniformes mas que se faz com base nas grelhas de avaliação de acordo com as metas de aprendizagem e das orientações curriculares sempre em muito uníssono com a família.

Deu conhecimento que globalmente os objetivos foram atingidos, no entanto, duas IPSS's referem que a maior dificuldade verificada continua a ser no domínio da Matemática, da linguagem oral e abordagem à escrita.

Informou que uma das instituições referiu a continuidade da dificuldade a nível



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

comportamental, a nível da formação pessoal e social.

Acrescentou que, cada vez mais, as crianças apresentam dificuldades na acatar das regras e no cumprimento das mesmas.

Salientou que a nível global os resultados são muitos positivos na expressão musical, motora, a plástica, TIC e áreas do conhecimento e do mundo.

Em seguida, o Arquiteto Carlos Veiga pediu a palavra para lembrar que a Educadora Deolinda Lucas referiu que no pré-escolar se verifica uma perda de 50% dos alunos, e acrescentou que, na sua opinião há alguma incorreção porque a projeção para o ano letivo 2015/16, nos documentos entregues na última reunião, é das variações mais baixas nos próximos três anos.

Acrescentou que, se a redução for de 50% poderá significar que a resposta do sistema público não funciona e, solicitou à Sra. Vereadora da Educação que verifica-se qual é a evolução das inscrições no pré escolar público e no pré escolar privado.

A Sra. Vereadora da Educação tomou a palavra para dizer que sabe o número de crianças que frequentam o pré-escolar público e o pré-escolar privado e a realidade é que se está a falar de rede, isto é, número de salas no ensino privado e número de salas no ensino público.

O Arquiteto Carlos Veiga esclareceu que não estava a falar de salas mas sim que interessa à comunidade, em termos de perspetivas de futuro, saber porque é que os pais matriculam no privado e não no público.

A Sra. Vereadora da Educação informou que os 50% estão relacionados com o número de alunos que tem o setor público e o setor privado, pois estão quase meio por meio. Explicou que, cada vez mais, as famílias se preocupam com o bem-estar das suas crianças e se uma criança a partir dos quatro meses vai para uma creche, obviamente, que os laços que se vão estreitando são de grande afetividade com a equipa com que estão a trabalhar pelo que é mais do que natural que os pais queiram que continuem no pré escolar das IPSS's que têm essa valência.

O Dr. Rigoberto Correia pediu a palavra para informar que no presente ano letivo das 450 crianças inscritas no pré-escolar, 275 crianças estão no ensino público e que a variação nos últimos anos tem sido muito reduzida no ensino público e esclareceu que esse decréscimo está relacionado com a natalidade.

Deu conhecimento que nos últimos cinco anos houve apenas uma perda de 25



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

crianças no pré-escolar, o que comprova que é uma variação baixa.

A Sra. Vereadora da Educação terminou dizendo que como todos os presentes puderam constatar a perda de alunos no público não é tão significativa como foi dito pela Educadora Deolinda Lucas.

Em seguida, foi dada a palavra ao Prof. Joel Vasconcelos para falar do ensino profissional, esclarecendo os presentes que não iria apresentar dados porque na EPTOLIVA o sucesso/insucesso é avaliado tendo em conta fundamentalmente a taxa de conclusão dos alunos finalistas.

Informou que no ano letivo 2014/15 a taxa de conclusão por curso foi a seguinte:

- Curso de Manutenção Industrial variante mecatrónica automóvel – dos 20 alunos, 17 já concluíram e 3 estão em vias de concluir em setembro;
- Curso de Gestão Desportiva – dos 9 alunos, 6 já concluíram e 3 irão concluir até setembro;
- Curso de Turismo – dos 16 alunos, 8 já concluíram, 3 irão concluir em setembro e os restantes ficaram com módulos em atraso e não vão concluir;
- Curso de Auxiliar de Saúde – dos 11 alunos, 9 já concluíram e os outros 2 têm vários módulos em atraso pelo que não se prevê que concluam até setembro.

Referiu que dos 56 alunos, 40 do 3.º ano já concluíram os seus cursos o que representa uma taxa de conclusão de 71,5%.

Ressalvou que em setembro irão concluir os seus cursos cerca de 49 alunos que representarão uma taxa de conclusão de 87,5%.

Informou que, outro dado importante, é que acompanham e avaliam a questão do abandono escolar que nos últimos dois anos tem vindo a reduzir de uma forma significativa e deu conhecimento que no presente ano letivo não têm nenhuma turma abaixo dos 17 alunos.

Esclareceu que para estes resultados tem contribuído a estratégia adotada em conjunto com as autarquias e com as instituições locais que têm vindo a abrir cada vez mais a atividade escolar à comunidade.

Aproveitou para reforçar a participação dos alunos em diferentes atividades, dando como exemplo a Festa do Queijo, a Feira do Livro e os torneios desportivos, entre outros.

Explicou que todas estas estratégias ajudam a que o abandono escolar diminua e a motivar os alunos a concluir os seus cursos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Deu conhecimento que brevemente irá ser distribuído o Jornal da ADEPTOLIVA para dar a conhecer estas atividades a toda a comunidade.

Por fim, em jeito de balanço referiu que a EPTOLIVA está contente, no entanto, não totalmente satisfeitos porque acham que poderão fazer ainda melhor.

A Sra. Vereadora da Educação aproveitou para congratular o trabalho da EPTOLIVA e do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e realçar o sucesso alcançado nas várias atividades e concursos em que os alunos dos diferentes níveis de ensino participaram.

A Sra. Vereadora da Educação reconheceu que o trabalho feito pelos docentes orgulha o concelho de Oliveira do Hospital.

Em seguida, tomou a palavra o Arquiteto Carlos Veiga que começou por informar que na presente data ainda não tem dados sobre o sucesso/insucesso porque o período de avaliação do ano letivo só termina em dezembro.

Deu a conhecer que já tem na sua posse os quadros de empregabilidade dos alunos, pois é um dos fatores condicionante do número de vagas nos cursos. Informou que a empregabilidades dos alunos da ESTGOH está acima da média de referência das áreas o que é satisfatório para a escola.

Seguidamente tomou a palavra a Eng.^a Ana Álvaro para, em nome da Associação de Pais, informou que ficou satisfeita e orgulhosa com os resultados obtidos pelos alunos.

A Sra. Vereadora da Educação passou a palavra ao Dr. Francisco Rolo para falar do Projeto Escola + Feliz e do Projeto Escola Feliz que são mais uma resposta social e pedagógica em parceria com a CPCJ.

O Dr. Francisco Rolo deu a saber que inicialmente foi lançado o Projeto Escola Feliz, o qual tem como objetivo a preparação dos alunos para o arranque do ano letivo. Continuou dizendo que se entendeu que no período que antecede o início formal das aulas, para as crianças com dificuldades de aprendizagem e numa lógica de igualdade de oportunidades para todos, as quais foram detetadas precocemente ao longo do ano, é muito importante existir um conjunto de atividades lúdico/pedagógicas de preparação do arranque do ano letivo.

Esclareceu que se aperceberam que alguns pais através de mecanismos vários preparam os seus filhos para o arranque do ano letivo mas que havia um grupo de alunos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que não tinham a mesma oportunidade, pelo que, houve a necessidade de criar uma medida que claramente social e pedagógica ajudasse os alunos a prepararem o arranque do ano letivo.

Pelo exposto informou que o projeto “Escola Feliz 2015” destinou-se aos alunos que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico e que apresentaram, ao longo do ano letivo, dificuldades no processo de aprendizagem, bem como na adaptação ao contexto escolar, que carecem de atenção individualizada e alguns deles foram considerados alunos de risco, tanto ao nível escolar como familiar.

Continuou, dizendo que se pretendeu que este projeto lúdico-pedagógico contribuísse como participação ativa e motivadora no processo educativo destas crianças, de modo a desvanecer a desmotivação, o desinteresse e a angústia que muitas delas trazem consigo no início de cada ano letivo. Importa, também, encontrar algumas soluções, modificar comportamentos e modos de vida, para uma melhor adequação destas crianças aos diferentes contextos de vida, para além de possibilitar a vivência de experiências que promovam a igualdade de oportunidades, promovendo, de forma lúdica, o consolidar de conteúdos escolares, preparando para o regresso às aulas (tanto ao nível da aprendizagem, como ao nível da adequação comportamental ao contexto de sala de aula).

Esclareceu que este projeto tem sua supervisão e da Sra. Vereadora da Educação e que a coordenação é da responsabilidade da Técnica Carla Camacho que é a secretária da CPCJ.

Informou que a equipa é constituída por assistentes sociais, animadores sócio-educativos, psicóloga e um conjunto de jovens monitores.

Deu conhecimento que no segundo ano da sua implementação foram medidos os impactos em todos os alunos que passaram no projeto e constatou-se que no 1.º período melhoraram os seus níveis de atenção, seu desempenho e concentração no espaço da sala de aula o que quer dizer que vale a pena investir naqueles alunos que muitas vezes, por falta de meios ou outras situações familiares e comunitárias, não têm as mesmas oportunidades que outros alunos.

Explanou que por valer a pena tem-se dado continuidade a este Projeto, e aproveitando um conjunto de profissionais criou-se o Projeto + Feliz projeto de intervenção ao longo de todo o ano letivo em articulação com o Agrupamento de Escolas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de Oliveira do Hospital.

Explicou que tendo sido alertado pela Associação de Pais e Agrupamento de Escolas de que a escola pública deixou de proporcionar psicólogos suficientes e professores para os alunos com necessidades educativas especiais foi criada uma equipa multidisciplinar.

Relativamente ao Projeto Escola Feliz o que está previsto para o próximo ano letivo é que o seu arranque seja a 7 de setembro e termine a 15 do mês de setembro, abrangendo um universo de 16 crianças sinalizadas de várias localidades do concelho em que e as ações vão ser desenvolvidas das 09h30 às 16h00, com a colaboração de uma equipa multidisciplinar coordenada pela Dra. Carla Camacho.

Informou que qualquer elemento do Conselho Municipal de Educação ainda poderá sinalizar alguma criança para ser integrado no Projeto Escola Feliz.

No que diz respeito ao Projeto Escola + Feliz informou que já temos o relatório do ano letivo mas que precisa de ser pormenorizado nalgumas matérias, no entanto, informou que o projeto iniciou-se tarde demais e quando o relatório estiver concluído poderá explicar porque é que começou tarde demais. Contudo a coordenação esteve a cargo da Dra. Carla Camacho, com a colaboração de uma equipa constituída por duas psicólogas e uma educadora de infância a trabalhar no espaço das escolas do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital.

Esclareceu que o projeto foi feito em articulação com o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e a sua Psicóloga Dra. Mafalda. No decorrer do presente ano letivo acompanharam 28 alunos sendo que 15 são meninos e 13 são meninas.

Esclareceu que o Município de Oliveira do Hospital está disponível para proporcionar uma equipa multidisciplinar para apoiar a escola pública, isto é, dar claramente continuidade ao Projeto Escola + Feliz e complementar as necessidades do Agrupamento de Escolas.

Por fim, o Dr. Francisco Rolo informou que o relatório será sujeito a apreciação do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e na próxima reunião do Conselho Municipal de Educação se já estiver concluído poderá ser entregue a todos os elementos.

A Sra. Vereadora da Educação agradeceu a intervenção do Dr. Francisco Rolo e aproveitou para dizer que, na sua opinião, todos os elementos do Conselho Municipal de Educação reconhecem, certamente, a importância destes dois projetos e que é sem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

dúvida muito relevante para o combate ao insucesso.

Em seguida, passou-se ao ponto quatro da Ordem do Dia – Proposta de alteração ao Regimento do Conselho Municipal de Educação – onde a Sra. Vereadora da Educação começou por dizer que o documento foi enviado para todos os elementos e que as alterações efetuadas decorreram da lei.

Esclareceu que houve uma maior preocupação no ponto das substituições e onde foram feitas mais alterações.

Depois de discutidas e apreciadas as alterações ao Regimento do Conselho Municipal de Educação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Passando ao ponto cinco – Outros Assuntos – a Eng.^a Ana Álvaro pediu a palavra para informar que entregou à Sra. Vereadora da Educação uma carta relacionada com o jardim do Largo da Feira sobre a pretensão de terem mais uma auxiliar.

Informou ainda que recebeu uma outra carta dos representantes dos pais do Jardim da 1.^a infância do Vale do Ferreiro em relação ao ponto dois do artigo n.º 12 da AAFF que diz o seguinte: *“Até cinco faltas consecutivas ou interpoladas em cada período de participação, com ou sem apresentação de justificação, não haverá direito a redução da participação”*.

A Sra. Vereadora da Educação explicou que teve de se criar esta regra porque não se pode banalizar a frequência das crianças nos jardins de infância.

Retomando a palavra a Eng.^a Ana Álvaro informou que os encarregados de educação alegam que podiam até ficar com os filhos dois ou três dias em casa e não ficam porque têm a despesa na mesma.

A Dra. Isabel Almeida pediu a palavra para informar que na instituição que representa só há direito a redução se houver uma ausência de 15 dias ou mais seguidos.

O Arquiteto Carlos Veiga pediu a palavra para reforçar que nenhuma criança fique sem almoçar porque era suposto ir à escola e não foi. Quanto à questão do pagamento da refeição caso falem menos do que seis faltas, deu como exemplo a renda que pela casa onde vive em Oliveira do Hospital, pois não passa lá todos os fins de semana e paga a mesma renda todos os meses.

A Eng.^a Ana Álvaro acrescentou ainda que os pais se queixam que o valor máximo que pagam pela AAFF. é uma exorbitância em comparação com outros municípios como por exemplo o concelho de Seia onde pagam no máximo 17,50 €, em Tábua pagam 14,50



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

€ e no nosso concelho pagam 31 €.

A Sra. Vereadora da Educação relativamente a esta última questão informou que são poucas as famílias que pagam o valor máximo porque a maior parte tem escalão A ou B e esclareceu ainda que está dividido em seis escalões.

A Eng.^a Ana Álvaro informou os presentes que a APAS tem, durante o presente ano letivo, tentado com a DGEstE a remoção das placas de fibrocimento sendo que o Senhor Secretário de Estado diz que já tinham sido todas removidas de todos os estabelecimentos de ensino, mas que em Oliveira do Hospital continuam. Deu conhecimento que na escola sede do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, só nos passadiços, estão cerca de quinhentos e trinta metros quadrados.

Esclareceu que como não conseguiram nada por parte da DGEstE, pois disseram que tinham sido ser retiradas, a APAS pede ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que facultasse uma visita aos estabelecimentos de ensino por parte da “Comissão de Vistorias”.

Acrescentou que se se provar que são um risco para a saúde das crianças, a APAS provavelmente não permitirá a abertura do próximo ano letivo.

A Sra. Vereadora da Educação informou que a equipa da Câmara Municipal com a parceria do Centro de Saúde possivelmente conseguirá avaliar se há ou não perigo para a saúde pública da população escolar.

A Eng.^a Ana Álvaro questionou se também faziam a recolha de partículas do fibrocimento, tendo a Dra. Joana Cordeiro, informado que não faziam.

A Sra. Vereadora da Educação apelou para ver a possibilidade em parceria com o Centro de Saúde de fazer a avaliação das partículas de fibrocimento.

A Dra. Joana Cordeiro referiu que a saúde pública é muito abrangente e que relativamente às partículas de fibrocimento vai ver o que é que pode fazer, vai averiguar e falar com a Dra. Guiomar.

O Arquiteto Carlos Veiga referiu que o melhor a fazer, nesta situação, é medir as partículas de fibrocimento e a partir daí averiguar.

A Dra. Celeste Moura pediu a palavra e aproveitando, a presença dos representantes da EPTOLIVA e da ESTGOH, disponibilizar em nome do Instituto Português do Desporto e Juventude, para caso estejam interessados, fazer ações junto dos formandos no sentido de poderem usar os programas, como parte prática associada



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

à educação não formal e à educação formal dos estabelecimentos de ensino.

Em seguida, passou-se ao ponto cinco – Outros assuntos – onde não se verificou qualquer intervenção

Pelas dezoito horas e oito minutos, e nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Sra. Vereadora da Educação, Maria da Graça Madeira Brito da Silva e por mim que a secretariei.

Oliveira do Hospital, 15 de julho de 2015

Prof.ª Maria da Graça Brito da Silva

Rosa Adriana Mendes de Jesus